

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2018 PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTO ENTRE O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH E A JORGE FIRMINO FERNANDES – ME – (PREÂMBULO – RESUMO).

TOMBO 154 / APA
VISTO Balsa
DATA 31/07/2018

1. PARTES:

Contratante: INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH.

CNPJ: 11.858.570/0004-86

Contratado: JORGE FIRMINO FERNANDES – ME

CNPJ: 14.458.187/0001-47

2. OBJETO:

Prestação de serviços para fornecimento de fardamento.

3. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia - **HUAPA**, registrado no CNES sob o nº 5419662, com sede Av. Diamantes, Quadra 2A, Setor Condomínio dos Arcos, Aparecida de Goiânia - GO, CEP 74.949-210;

4. FORMA DE PAGAMENTO:

Dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços;

5. VALOR DO CONTRATO:

- Camisa social feminina, setor administrativo com manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor verde claro, tamanhos 36,38,40,46,44 e 48 (ref.: 0010).
- 111(cento e onze) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 7.548,00 (sete mil quinhentos e quarenta e oito reais);
- Camisa social masculina, setor administrativo com manga comprida, gola, botões, em tecido tricoline 100% algodão, na cor branca, tamanho 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0012).
- 39 (trinta e nove) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 2.652,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais);
- Camisa social feminina setor administrativo com manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor branca, tamanhos 36, 38, 40, 44, 46 e 48 (ref.: 0011).
- 30 (trinta) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta e reais);

[Handwritten signatures]

- Camisa social masculina setor administrativo manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor verde claro, tamanho 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0013).
 - 31 (trinta e um) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade), totalizando R\$ 2.108,00 (dois mil cento e oito reais);
- Calça social feminina setor administrativo cós com passadeiras, bolso frente e costa, zíper e botões em tecidos poliéster com viscose e elastano na cor grafite (ref.: 0014).
 - 91 (noventa e um) unidades, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por unidade, totalizando R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais);
- Calça social masculino setor administrativo cós com passadeiras, bolsos frente e costa e botões em tecido poliéster com viscose e elastano na cor grafite (ref.: 0015).
 - 42 (quarenta e dois) unidades, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por unidade, totalizando R\$ 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais);
- Camisa pólo feminina setor administrativo (jovem aprendiz), em tecido piquet 50% algodão e 50% poliéster na cor verde bandeira tamanhos 36, 38, 40, 42, 44, 46 e 48 (ref.: 0018).
 - 12 (doze) unidades, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais);
- Camisa polo masculina administrativo (jovem aprendiz) em tecido Piquet 50% algodão e 50% poliéster na cor verde bandeira, tamanhos 36, 38, 40, 42, 44, 46 e 48 (ref.: 0019).
 - 06 (seis) unidades, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por unidade, totalizando 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais);
- Camisa pólo com manga curta (motorista/motoboy), em tecido tricoline 100% algodão na cor verde claro, tamanhos 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0020)
 - 18 (dezoito) unidades, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por unidade, totalizando, R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

6. RESOLUÇÃO CONTRATUAL:

- Por perda da gestão da unidade;
- Por exclusivo critério de conveniência e oportunidade da Contratante, a qualquer tempo, independente de prévia notificação, sem que haja aplicação de multa ou pagamento de indenização de qualquer natureza.

7. NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO:

- Negócio jurídico bilateral amparado por normas civis.
- Prestação de serviços realizada por empresário individual.



Pelo presente instrumento, de um lado, o **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH** ("Contratante"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0004-86, com sede Av. Diamantes, Quadra 2A, Setor Condomínio dos Arcos, Aparecida de Goiânia - GO, CEP: 74.949-210, representado neste ato pelo seu Superintendente, **Paulo Brito Bittencourt**, Administrador e Advogado, portador do documento de identidade 0354215507 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 457.702.205-20, residente e domiciliado em Salvador/BA, e, de outro lado, a **JORGE FIRMINO FERNANDES – ME** (doravante designado "Contratado"), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.456.187/0001-47, com sede à Avenida Jorge Amado, S/N, 1º andar, Imbui, Salvador – BA, CEP: 41.720-040, representado neste ato por seu sócio, consoante ato constitutivo em anexo, mediante consenso que entre si mutuamente aceitam e outorgam, resolvem celebrar o presente **Contrato de prestação de serviços para fornecimento de fardamento para o Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia – HUAPA**, fazendo-o reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1. Premissas.

1.1. São premissas influentes e substanciais do presente contrato as seguintes considerações:

- a) O **Contratante** publicou edital de processo seletivo, para fornecimento de fardamento, no Diário Oficial do Estado de Goiás, jornal de grande circulação "O Popular" e web site institucional;
- b) Os serviços ora contratados possuem natureza singular, sendo executado por profissionais de notória especialização e qualificação técnica;
- c) O **Contratado** apresentou a melhor proposta, nos termos do edital de processo seletivo nº 046/2018 – HUAPA, sendo este devidamente declarado vencedor;
- d) O **Contratado** declara ter ciência do inteiro teor do Contrato de Gestão nº 096/2016, firmado entre o **Contratante** e a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás;

Cláusula 2. Objeto.

2.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços para fornecimento de fardamento em prol do **Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia - HUAPA**, registrado no CNES sob o nº 5419662, com sede Av. Diamantes, Quadra 2A, Setor Condomínio dos Arcos, Aparecida de Goiânia - GO, CEP 74.949-210, atualmente sob gestão, em regime de OS, pelo **Contratante** em convênio com a **Secretaria de Estado de Saúde de Goiás**, conforme contrato de gestão



tombado sob nº 096/2016-SES-GO;

Cláusula 3. Do valor do contrato e prazo para pagamento:

3.1. Pela prestação dos serviços, ora objeto do presente contrato, a **Contratante** pagará ao **Contratado** o valor de:

- Camisa social feminina, setor administrativo com manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor verde claro, tamanhos 36,38,40,46,44 e 48 (ref.: 0010).
- 111(cento e onze) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 7.548,00 (sete mil quinhentos e quarenta e oito reais);
- Camisa social masculina, setor administrativo com manga comprida, gola, botões, em tecido tricoline 100% algodão, na cor branca, tamanho 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0012).
- 39 (trinta e nove) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 2.652,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais);
- Camisa social feminina setor administrativo com manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor branca, tamanhos 36, 38, 40, 44, 46 e 48 (ref.: 0011).
- 30 (trinta) unidades, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta e reais);
- Camisa social masculina setor administrativo manga comprida, gola, botões em tecido tricoline 100% algodão, na cor verde claro, tamanho 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0013).
- 31 (trinta e um) unidades, no valor de 68,00 (sessenta e oito reais) por unidade), totalizando R\$ 2.108,00 (dois mil cento e oito reais);
- Calça social feminina setor administrativo cós com passadeiras, bolso frente e costa, zíper e botões em tecidos poliéster com viscose e elastano na cor grafite (ref.: 0014).
- 91 (noventa e um) unidades, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por unidade, totalizando R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais);
- Calça social masculino setor administrativo cós com passadeiras, bolsos frente e costa e botões em tecido poliéster com viscose e elastano na cor grafite (ref.: 0015).
- 42 (quarenta e dois) unidades, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por unidade, totalizando R\$ 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais);
- Camisa pólo feminina setor administrativo (jovem aprendiz), em tecido piquet 50% algodão e 50% poliéster na cor verde bandeira tamanhos 36, 38, 40, 42, 44, 46 e 48 (ref.: 0018).



- 12 (doze) unidades, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por unidade, totalizando R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais);
 - Camisa polo masculina administrativo (jovem aprendiz) em tecido Piquet 50% algodão e 50% poliéster na cor verde bandeira, tamanhos 36, 38, 40, 42, 44, 46 e 48 (ref.: 0019).
 - 06 (seis) unidades, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por unidade, totalizando 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais);
 - Camisa pólo com manga curta (motorista/motoboy), em tecido tricoline 100% algodão na cor verde claro, tamanhos 1, 2, 3, 4 e 5 (ref.: 0020)
 - 18 (dezoito) unidades, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por unidade, totalizando, R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) conforme proposta comercial em anexo, a qual faz parte integrante do presente contrato, mediante apresentação de Nota fiscal, devidamente chancelada por Diretoria Geral da Unidade;
- 3.2.** O pagamento da fatura ocorrerá todo dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços, devendo a **Contratada** apresentar até o dia 1º (primeiro) do mês subsequente a prestação dos serviços, nota fiscal e de faturamento à **Contratante**.
- 3.3.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem regularidade fiscal da **Contratada** em âmbito Federal, Estadual e municipal, Justiça do Trabalho, além de certidões que comprovem regularidade de contribuições relativas à FGTS e INSS.
- 3.4.** O **IGH** poderá, ainda, e dentro do prazo de vigência do presente contrato – 01 ano, solicitar quantitativo excedente ao descrito no termo de referência, a fim de substituir itens extraviados e/ou danificados, bem como para fornecer fardamento a novos colaboradores, não podendo, porém, ultrapassar o limite máximo de 30% do quantitativo constante do termo de referência
- 3.5.** Nos casos em que os documentos listados no item “**3.3**” não forem apresentados até o dia 20 de cada mês, juntamente com a nota fiscal, o pagamento passará automaticamente para 10 dias após a apresentação dos documentos faltantes, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer acréscimo no valor, seja a que título for.
- 3.6.** O pagamento somente será efetuado somente mediante crédito em conta bancária de titularidade da **Contratada**, sendo vedada emissão de boletos.

Cláusula 4. Obrigações do Contratado.

- 4.1.** Caberá a **Contratada**, dentre outras obrigações legais e ou constantes do presente contrato:



- a) Cumprir rigorosamente os termos da proposta comercial apresentada, a qual faz parte integrante deste contrato;
- b) Permitir e facilitar a inspeção dos serviços, prestando todas as informações e apresentando todos os documentos que lhe forem solicitados;
- c) Disponibilizar profissionais devidamente treinados e identificados para a execução dos serviços;
- d) Realizar junto aos órgãos competentes, os registros necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;
- e) Manter todos os empregados que prestam serviços com o esquema de imunização completo, segundo normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e normas da CCIH da unidade;
- f) Comunicar ao **Contratante** sobre a eventual existência de problemas que possam interferir no andamento dos serviços contratados;
- g) Assumir exclusivamente a responsabilidade pela manutenção da regularidade de documentos perante as esferas Federal, Estadual e Municipal, devendo pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos e encargos, incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação do serviço objeto do presente Contrato, devendo apresentar, de imediato, certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, sob pena de suspensão do pagamento decorrente das obrigações contratuais.
- h) Observar e fazer cumprir todas as normas legais relativas às atividades desenvolvidas, respondendo integralmente por quaisquer prejuízos ocasionados a pacientes e ao **Contratante** pela inobservância dessas obrigações;
- i) Responder, exclusivamente, pelas ações e omissões de seus empregados e prepostos, indenizando pacientes e o **Contratado** por eventuais prejuízos que lhe forem ocasionados durante o período de vigência do presente contrato.
- j) A **Contratada** declara ser única e exclusivamente responsável por quaisquer obrigações de natureza cível, trabalhista, previdenciária e social, que sejam ou venham a ser relacionados, direta ou indiretamente, aos profissionais a serviço do presente contrato, desde que contratados pela **CONTRATADA**;

Cláusula 5. Obrigações do Contratante.

5.1. Caberá ao **Contratante**, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e ou

constantes do presente contrato:

- a) Remunerar o **Contratado**, na forma estabelecida na cláusula 3;
- b) Promover as facilidades necessárias para o livre acesso dos profissionais do **Contratado** às suas instalações, se necessário, desde quando devidamente identificados;

Cláusula 6. Vigência e Prazo.

6.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente contrato, podendo este prazo ser prorrogado, à critério da **Contratante**, obrigatoriamente por aditivo contratual devidamente assinado pelo Superintendente da **Contratante**.

§1º Na hipótese do **Contratado** pretender descontinuar a prestação de serviços no curso da vigência inicial, compromete-se a conceder o aviso prévio de 30 (trinta) dias ao **Contratante**.

6.2. O presente contrato poderá ainda ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) Se qualquer das partes ceder ou transferir o presente contrato a terceiros, sem a prévia anuência da outra parte, por escrito;
- b) Se qualquer das partes se tornar comprovadamente insolvente, requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência, ou tiver a sua falência requerida ou decretada;
- c) Deixar, qualquer das partes, de cumprir, ou mesmo cumprir irregularmente, cláusulas contratuais, prazos e especificações;
- d) Também será causa de rescisão motivada o inadimplemento contratual por descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesse contrato, por quaisquer das partes, que não seja sanado no prazo estabelecido em notificação encaminhada nesse sentido pela parte lesada, prazo esse não inferior a 10 (dez) nem superior a 30 (trinta) dias.

6.3. O presente contrato poderá ainda ser resolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Perda do direito de Gestão da unidade hospitalar pela **Contratante**.
- b) Na superveniência de caso fortuito, de força maior ou fato impeditivo à consecução dos objetivos sociais das partes, em razão de decisão judicial ou por ordem dos poderes públicos competentes, que inviabilizem a continuidade de execução do presente contrato.



- c) Por exclusivo critério de conveniência e oportunidade da **Contratante**, a qualquer tempo, independente de prévia notificação, sem que haja aplicação de multa ou pagamento de indenização de qualquer natureza.

6.4. Em qualquer das hipóteses de encerramento do presente contrato será obrigação comum às partes a realização da devida prestação de contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes, abrangendo os aspectos físicos e financeiros do relacionamento. Nesse sentido, será assegurado ao **Contratado** o direito ao recebimento da remuneração correspondente aos serviços efetivamente até aí prestados, não obstante o encerramento do Contrato.

Cláusula 7. Das Multas

- 7.1.** O não cumprimento das cláusulas pactuadas no contrato, nas condições gerais contratuais, nas normas de segurança higiene e medicina do trabalho e nas normas de segurança patrimonial gerará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato.
- 7.2.** As multas são cumulativas, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.
- 7.3.** As multas serão cobradas por ocasião do pagamento da primeira fatura que for apresentada após sua aplicação.
- 7.4.** As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesse contrato e nas Condições Gerais Contratuais. Normas de Segurança Industrial, Higiene e Medicina do Trabalho e Normas de Segurança Patrimonial, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE** em consequência de inadimplemento das cláusulas pactuadas.

Cláusula 8. Da Paralisação dos Serviços

- 8.1.** Na hipótese de ocorrer paralisação dos serviços da **CONTRATADA**, seja a que título for, fica, desde já, autorizado à **CONTRATANTE** a contratar outra prestadora de serviços para realizar os serviços paralisados, desde que seja a **CONTRATADA** notificada para regularizar a prestação de serviços e não o faça em até 24 horas.
- 8.2.** Caso a **CONTRATANTE** tenha que contratar outra empresa para a prestação dos serviços paralisados, conforme autorizado no item acima, arcará a **CONTRATADA** com os custos da contratação, independente do ressarcimento de indenização por perdas e danos, sejam eles morais ou materiais.

Cláusula 9. Do Ressarcimento

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar a **CONTRATANTE** todas as despesas que este tiver decorrentes de:

- a) Reconhecimento judicial de indeniza o administrativa ou reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de seus empregados e/ou prestadores de serviços com a **CONTRATANTE**;
- b) Reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariedade da **CONTRATANTE** no cumprimento das obriga oes previdenciárias e/ou fiscais da **CONTRATADA**;
- c) Indeniza o, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos ou prestadores de serviços na execu o de suas atividades;
- d) Indeniza o, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos ao meio ambiente e emissão de agentes poluidores causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos ou prestadores de serviço, seja por a o ou omissão;
- e) Indeniza o pela necessidade de contrata o em outra empresa para a presta o de serviços previstos no presente contrato que deixaram de ser prestados em face de paralisa o das atividades da **CONTRATADA**, seja a que título for;

9.2. Os valores em questão são desde já reconhecidos como devidos, líquidos e certos e passíveis de execu o judicial para ressarcimento a **CONTRATANTE**;

Cláusula 10. Da Subcontrata o/Cessão/Transferência

10.1. Não   permitido a **CONTRATADA** sublocar os serviços ora pactuados, bem como utilizar pessoas que não sejam seus empregados.

10.2. A **CONTRATADA** não poderá transferir ou ceder, no todo ou em parte, os serviços contratados, salvo com autoriza o prévia e por escrito da **CONTRATANTE**, regulando-se em cada caso a responsabilidade da cedente pelos serviços já prestados ou a prestar.

10.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar como garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do presente contrato, salvo com autoriza o prévia e por escrito da **CONTRATANTE**.

10.4. Constará, obrigatoriamente, da autoriza o prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao Cessionário dos créditos as exce oes que lhe competirem, mencionando-se, expressamente que os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao

[Handwritten signature]

preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

10.5. Caso a **CONTRATADA** venha a infringir quaisquer das cláusulas acima, ficará obrigada a indenizar a **CONTRATANTE** pelos danos materiais e/ou morais dos prejuízos causados a **CONTRATANTE**.

Cláusula 11. Das Retenções

11.1. A **CONTRATANTE** poderá reter, a critério único e exclusivo dela, até 20% (vinte por cento) da fatura, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pela **CONTRATADA**, incluindo-se também as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pela **CONTRATADA** A **CONTRATANTE**, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pela **CONTRATADA** e ou seus empregados.

11.2. A **CONTRATANTE** poderá reter 30% (trinta por cento) da fatura final, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pela **CONTRATADA**, incluindo-se também as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pela **CONTRATADA** A **CONTRATANTE**, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pela **CONTRATADA** e ou seus empregados.

11.3. A **CONTRATANTE** poderá reter a(s) fatura(s) na totalidade na hipótese de não pagamento dos salários dos empregados da **CONTRATADA** que prestem serviços para a **CONTRATANTE**, somente liberando os valores retidos na hipótese de adimplemento dos salários ou acordo entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá reter a(s) fatura(s), na hipótese de Reclamação Trabalhista, em que a **CONTRATANTE** figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, de empregados ou prestadores de serviço da **CONTRATADA**, até o limite dos valores reclamados na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**.

11.5. A **CONTRATANTE** poderá reter a(s) fatura(s), na hipótese de ações judiciais, em que a **CONTRATANTE** figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, oriunda de fatos praticados por empregados ou prestadores de serviço da **CONTRATADA**, até o limite dos valores requeridos na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**.

11.6. Os valores retidos de acordo com os itens **11.1.** e **11.2.** serão liberados após a assinatura do TRD (Termo de Recebimento Definitivo), descontados multas e quaisquer outros valores porventura devidos pela **CONTRATADA** à

CONTRATANTE.

- 11.7.** Os valores retidos não sofrerão nenhum acréscimo, sendo liberados pelos valores históricos da retenção.
- 11.8.** Rescindido o contrato nos termos da **Cláusula Sexta**, perde a **CONTRATADA** a favor da **CONTRATANTE**, as importâncias retidas, além de responder pelas perdas e danos que resultarem da infração ou prestação inadequada do contrato.

Cláusula 12. Da Anticorrupção

- 12.1.** Na execução do presente Contrato é vedado à Contratante e à Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
 - c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
 - e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº. 12.846/2013 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato;
- 12.2.** A **Contratada** declara ter ciência que o custeio do presente contrato se dá única e exclusivamente através dos repasses realizados pela Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao passo que, **TODOS** os serviços a serem prestados à população deverão ser totalmente gratuitos, atendendo a política de universalização do acesso à saúde, conforme disposto na Lei nº. 8.080/1990 e na Portaria nº. 1.601/2011.

Cláusula 13. Disposições Gerais.

- 13.1.** Em decorrência da presente contratação, sob qualquer hipótese ou em qualquer situação, não se presumirá a eventual existência, ou se estabelecerá a presunção de qualquer vínculo societário e ou empregatício, ou obrigações de caráter

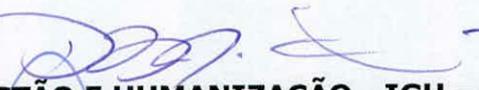
trabalhista e previdenciário entre as partes, por si, seus contratados, prepostos e ou empregados, e não serão fiadoras das obrigações e encargos trabalhistas e sociais uma da outra, cabendo a cada sociedade a exclusividade e responsabilidade por tais obrigações, inclusive nas esferas civil e penal;

- 13.2.** A **CONTRATADA** possui inteiro conhecimento de que os serviços prestados pela **CONTRATANTE** integram o patrimônio do Estado de Goiás, razão pela qual, a **CONTRATANTE** não será responsável pela quitação de faturas emitidas após eventual rescisão de Contrato de Gestão nº 096/2016 devendo a **CONTRATADA** promover a cobrança/execução em desfavor do Estado de Goiás, ou de qualquer outro que venha assumir a gestão do **Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia – HUAPA**;
- 13.3.** A **CONTRATADA** concorda em manter regularmente os serviços prestados, ainda que haja atraso em pagamento de fatura por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.
- 13.4.** Para fins de faturamento será observada data do efetivo início da prestação de serviços.
- 13.5.** Cada parte responderá individualmente por quaisquer perdas e danos, materiais ou pessoais, oriundos de suas respectivas ações ou omissões, bem como dos profissionais a si vinculados, que venham a ser causados aos pacientes ou terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva e indelegável da parte culpada e causadora do prejuízo responder perante terceiros e à parte inocente, nas hipóteses capazes de configurar imperícia, imprudência ou negligência, obrigando-se, a parte culpada a ressarcir à outra parte inocente, se esta vier a ser acionada por ação ou omissão da culpada e causadora do dano.
- 13.6.** A eventual tolerância a infrações a qualquer das cláusulas deste instrumento ou o não exercício de qualquer direito nele previsto constituirá liberalidade, não implicando em novação ou transação de qualquer espécie.
- 13.7.** A **CONTRATADA** compromete-se, no ato da emissão da Nota Fiscal, a efetuar a devida retenção de impostos, taxas e contribuições sociais, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, ou dispensa de retenção quando regime de tributação diferenciado, bem como empresas optantes pelo simples nacional, "tributação unificada", ou sociedade uniprofissional devidamente regulamentada, bem como qualquer outro previsto em legislação tributária pátria, sob pena de imediata suspensão do pagamento da fatura.
- 13.8.** Poderá a **Contratante**, unilateralmente, efetuar a retenção de impostos da nota, quando necessário e amparado por lei.

13.9. Fica eleito o foro da Comarca de Aparecida de Goiânia – GO como o único competente para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente dos seus atuais ou futuros domicílios.

E por estarem assim justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Aparecida de Goiânia – GO, 02 de Maio de 2018.


INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH – Contratante


JORGE FIRMINO FERNADES – ME – Contratada

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:


Alex Anderson Silva Passos
Assessoria Jurídica
OAB/BA Nº 27.970

